



praticou a conduta impropria e não houve o competente processo administrativo. Nesta hipótese, marque a assertiva correta:

- a - Os servidores públicos ocupantes de cargo em comissão são exoneráveis *ad nutum*, razão pela qual o ato administrativo em questão somente pode ser submetido ao crivo da própria Administração, mediante recurso interno, e não questionado em Juízo;
- b - Os servidores públicos ocupantes de cargo de confiança é que são exoneráveis *ad nutum*, os ocupantes de cargo em comissão somente são exoneráveis após o regular processo administrativo, motivo pelo qual o ato em questão pode ser revisto pelo Poder Judiciário e anulado por vício de forma;
- c - O ato administrativo em questão, embora motivado, é ato discricionário, e, portanto, alheio ao controle jurisdicional tanto no tocante ao vício de forma quanto à análise do mérito da ocorrência ou não de improbidade administrativa;
- d - Se o servidor demonstrar que não houve improbidade administrativa, declarada como motivo da exoneração, o judiciário, após a propositura da ação, poderá invalidar o ato e determinar a readmissão do funcionário no cargo em que ocupava;
- e - Como os cargos em comissão são de livre nomeação e livre exoneração, mesmo que a motivação do ato não seja verdadeira, o Poder Judiciário não poderá analisar o ato, sob pena de ferir o princípio da independência dos Poderes.

26 - Sobre atos administrativos, marque a alternativa correta:

- a - O ato administrativo ilegal ou ilegítimo pode ensejar revogação;
- b - A faculdade de revogar o ato administrativo é também atribuída ao Poder Judiciário;
- c - A revogação do ato administrativo opera efeitos *ex tunc*;
- d - A Administração pode anular ou revogar seus próprios atos, ressalvada, nos dois casos, a apreciação judicial;
- e - A anulação do ato administrativo, quando feita pela Administração Pública, funda-se em motivos de conveniência ou oportunidade.

27 - Marque a alternativa correta:

- a - Admite-se a transferência da titularidade do serviço público aos particulares mediante ato administrativo de delegação, sob a forma de concessão, permissão ou autorização, resultando daí os serviços concedidos, permitidos e autorizados;
- b - Os serviços próprios do Estado podem ser prestados por órgãos e entidades públicas ou delegados a particulares, conforme o interesse público dispuser;
- c - Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob qualquer forma societária admitida em direito;
- d - Empresa pública é a entidade com patrimônio próprio e capital exclusivamente público, dotada de personalidade jurídica de direito público, criada por lei para a exploração de atividade econômica, conforme a conveniência Administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito;
- e - Autarquias são entes administrativos autônomos, criados por lei específica, com personalidade jurídica de direito público interno, atribuições específicas e patrimônio próprio, sempre sujeitos ao controle da entidade estatal a qual pertencem.

28 - A respeito de servidores públicos, marque a assertiva correta:

- a - A lei pode estabelecer requisitos diferenciados de admissão de servidores públicos, de acordo com a natureza ou a complexidade do cargo ou emprego, como por exemplo, impor análise da capacidade física em algumas situações especiais;
- b - O servidor público estável que tiver extinto o cargo será colocado em disponibilidade, com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo;



- c - Provimento inicial de cargos é o que se faz por transferência, promoção, remoção, acesso, reintegração, readmissão, enquadramento, aproveitamento ou reversão;
- d - A investidura em cargo público se faz por concurso, sendo admissível ao servidor concursado ascensão ou transferência para outro cargo, referente à carreira diversa daquela em inicialmente ingressou;
- e - Os candidatos inscritos em concurso público, adquirem de imediato, a partir da inscrição, direito constitucional à realização da prova e à nomeação ou admissão em caso de aprovação.

29 - Marque a alternativa correta:

- a - O porte de arma configura autorização administrativa;
- b - Permissão é ato administrativo negocial, discricionário e precário, pelo qual o Poder Público faculta ao particular a execução de serviços públicos de interesse coletivo, sem licitação, ou o uso especial de bens públicos, a título gratuito ou remunerado;
- c - Licença é ato administrativo vinculado e precário, pelo qual o Poder Público torna possível ao pretendente a realização de certa atividade, serviço ou utilização de determinados bens;
- d - Atos administrativos complexos são os que resultam da vontade única de um órgão, mas depende da verificação por parte de outro, para se tornar exequível;
- e - Atos administrativos compostos são os que resultam da manifestação de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único.

30 - Analise as seguintes proposições e marque a assertiva correta.

- I - A transferência de bens imóveis para as autarquias, no intuito de formar-lhes o patrimônio próprio, pode ser feita por decreto ou outro ato administrativo unilateral;
- II - A licitação para outorga de concessão será efetuada na modalidade de concorrência, admitindo-se excepcionalmente o pregão, em se tratando de contrato de pequeno valor;
- III - Nos contratos de concessão de serviço público encampação é a retomada coercitiva do serviço, pelo poder concedente, durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, realizada mediante ato administrativo unilateral do Chefe do Poder Executivo.

- a - Apenas as assertivas I e III estão corretas;
- b - Apenas as assertivas II e III estão corretas;
- c - Apenas as assertivas II e III estão erradas;
- d - Apenas a assertiva III está correta;
- e - Todas as assertivas estão erradas.

31 - Sobre contratos administrativos, marque a alternativa correta:

- a - A revisão do contrato administrativo para restaurar a composição econômica inicialmente estabelecida entre as partes, tornada irreal ante a ocorrência de circunstância extraordinária e imprevisível, deve ser requerida judicialmente;
- b - É permitido à Administração, em caso de concordata do contratado, manter o contrato, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais;
- c - A revisão dos contratos administrativos, em virtude da aplicação da teoria da imprevisão, não pode ocorrer antes de um ano da assinatura do contrato, prazo mínimo imposto pela lei federal para o reajustamento da avença;
- d - Configura fato do príncipe a não-entrega do local da obra ou serviço para o contratante particular cumprir sua parte do ajuste ou a não-desapropriação das áreas necessárias à execução da obra;



e - As áleas ordinária e extraordinária podem ensejar a revisão do contrato administrativo, bem como o fato do príncipe, os casos fortuitos e de força maior.

32 - A respeito da desapropriação, marque a única assertiva errada:

- a - Se o Estado desapropriar um bem e, por engano, vier a indenizar outrem, que não seu legítimo proprietário, não se invalida a desapropriação nem se obriga a novo processo expropriatório;
- b - A aquisição de bem por desapropriação é livre de qualquer ônus ou gravame real, isto é, qualquer direito dessa ordem incidente sobre o bem expropriado, com a concretização da medida, extingue-se e seu titular sub-roga-se no preço;
- c - O expropriante não tem direito à ação redibitória nem de pedir abatimento do preço por vício ou defeito oculto do bem expropriado;
- d - Mesmo a desapropriação amigável implica aquisição originária da propriedade;
- e - Os bens expropriados, uma vez incorporados à Fazenda Pública, não podem ser objeto de reivindicação, a menos que seja fundada em nulidade do processo de desapropriação.

33 - Assinale a alternativa correta:

- I - A alienação de qualquer bem de uso comum ou de uso especial exige prévia desafetação, posto que essas espécies de bens públicos são inalienáveis;
- II - Todos os bens públicos, qualquer que seja a sua natureza, são passíveis de uso especial por particulares, desde que a utilização consentida pela Administração não o leve à inutilização ou destruição, caso em que se converteria em alienação;
- III - A concessão de uso de bem público será legítima se concretizada por contrato e preexistir: a) - lei autorizadora; b) - concorrência, salvo nos casos em que for dispensada, dispensável ou inexigível; c) - desafetação, se o uso recair em bem de uso comum ou especial e a utilização for integral, exclusiva e duradoura.

- a - Apenas as assertivas I e III estão corretas;
- b - Apenas as assertivas II e III estão corretas;
- c - Apenas a assertiva III está correta;
- d - Todas as assertivas estão corretas;
- e - Apenas as assertivas I e II estão corretas.

34 - Marque a opção errada:

- a - A posse bem como o exercício de todo e qualquer agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no Serviço de Pessoal competente;
- b - Recebida a inicial da ação de improbidade administrativa, proposta pelo Ministério Público ou pessoa jurídica interessada, o juiz, no prazo de trinta dias, em decisão fundamentada, poderá rejeitar a ação, se convencido da inexistência do ato de improbidade, da improcedência da ação ou da inadequação da via eleita;
- c - As ações destinadas à aplicação de sanção por improbidade administrativa prescrevem em cinco anos, após o término do exercício do mandato, de cargo em comissão ou função de confiança;
- d - No caso de exercício de cargo efetivo ou emprego, a ação de improbidade administrativa pode ser proposta dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público;
- e - A aplicação das sanções da lei de improbidade administrativa independe da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público ou da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal de Contas.



35 - Marque a assertiva correta:

- a - As coisas tombadas, que pertençam à União, aos Estados ou aos Municípios, são inalienáveis por natureza e não podem ser transferidas nem entre os referidos entes públicos;
- b - Em face da alienação onerosa de bens tombados pertencentes a pessoas naturais ou pessoas jurídicas de direito privado, os Municípios em que se encontrem os bens terão direito de preferência;
- c - O direito de preferência da União, Estados ou Municípios inibe que o proprietário particular de bem tombado possa gravar livremente a coisa de penhor, anticrese ou hipoteca, conforme previsão legal;
- d - A imposição de obrigação de não-fazer, como tolerar que um agente de saúde entre nas residências particulares para exercer sua função, configura ocupação temporária, um meio específico de intervenção na propriedade privada;
- e - A utilização coativa de bens ou serviços particulares pelo Poder Público, como o uso da propriedade particular, na iminência de perigo público, pelas autoridades competentes, civis ou militares, previsto no art. 5º, XXV da Constituição Federal, configura requisição administrativa.

36 - Marque a alternativa incorreta:

- a - A doutrina da irresponsabilidade da Administração Pública por atos de seus agentes somente foi abandonada na Inglaterra e nos Estados Unidos em 1947 e 1946, respectivamente;
- b - O abuso no exercício das funções por parte dos servidores públicos não exclui a responsabilidade objetiva da Administração Pública;
- c - Segundo a teoria da responsabilidade subjetiva, nos casos de danos causados por omissão do agente público, a Administração Pública somente tem responsabilidade se provada a culpa e o nexo causal.;
- d - Para configuração da responsabilidade civil objetiva da Administração Pública prescinde-se que o agente esteja no desempenho de seu cargo, emprego ou função pública;
- e - O disposto no art. 37, parágrafo 6º da Constituição Federal somente abrange a atuação funcional dos servidores públicos e não os atos de terceiros e os fatos da natureza.

37 - Sobre servidores públicos, assinale a opção correta:

- a - Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros natos e naturalizados, salvo para universidades e instituições de pesquisas científicas, que podem admitir estrangeiros como professores, técnicos e cientistas;
- b - A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de títulos, de acordo com a natureza e complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvados os cargos declarados em lei de livre nomeação e exoneração;
- c - É o exercício do cargo que marca o início dos direitos e deveres funcionais, como também, gera as restrições, impedimentos e incompatibilidades para o desempenho de outros cargos, funções ou mandatos;
- d - Segundo a Constituição Federal a lei reservará percentual de no mínimo 10% dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;
- e - É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, admitindo-se, quando houver compatibilidade de horários, a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.



38 - Marque a assertiva incorreta:

- a - O princípio da responsabilidade objetiva não se reveste de caráter absoluto, eis que admite o abrandamento e, até mesmo, a exclusão da própria responsabilidade civil do Estado, nas hipóteses excepcionais configuradoras de situações liberatórias – como o caso fortuito e a força maior – ou evidenciadoras de ocorrência de culpa atribuível à própria vítima;
- b - Ato ilícito praticado por escrevente de cartório não oficializado não gera responsabilidade para a Administração Pública;
- c - O Estado responde por atos de escrivão de cartório judicial que subtrai dinheiro entregue pela parte para depósito em Juízo;
- d - Prescreve em cinco anos, contados da ocorrência do ato ou fato, a ação contra a Fazenda Pública Estadual, mesmo aquela para haver indenização por responsabilidade civil;
- e - A regra da prescrição quinquenal, prevista no art. 1º do Decreto 20.910/1932, também se aplica às autarquias, assim, prescrevem em cinco anos toda e qualquer ação contra elas, contados da data do ato ou fato objeto da ação.

39 - Em relação à Lei Complementar Estadual n. 95/2001, marque a assertiva correta:

- a - Podem formular consultas à Procuradoria-Geral do Estado, em caráter privativo, dentre outros, o presidente da Assembléia Legislativa do Estado, os Secretários de Estado, os diretores-presidentes de autarquias, os diretores-presidentes de fundações, o presidente do Tribunal de Justiça, o Procurador-Geral de Justiça;
- b - Os pareceres proferidos por Procurador do Estado, aprovados pelo Governador, não têm caráter vinculante em relação aos órgãos estatais;
- c - Os cargos de Procurador do Estado são organizados em carreira, escalonados em quatro categorias: especial, primeira, segunda e terceira, sendo o ingresso na carreira por meio de concurso público e o provimento na terceira categoria;
- d - Em caso de remoção para unidade diversa, o Procurador do Estado deverá assumir suas novas funções no prazo de trinta dias;
- e - Nenhuma das assertivas anteriores está correta.

40 - Analise as proposições que seguem e marque a alternativa certa:

- I - Conforme a Lei Complementar Estadual n. 95/2001, para defender os interesses do Estado de Mato Grosso do Sul no pólo passivo de ações civis públicas, os Procuradores do Estado dependem de autorização expressa do Procurador Geral do Estado, nos termos do Regimento Interno da Procuradoria-Geral do Estado;
- II - Após o transcurso de dois anos de lotação na Procuradoria Regional, a remoção *ex-officio* de Procurador do Estado será considerada necessidade de serviço. Nesta hipótese, o Procurador do Estado não poderá retornar à Regional em que atuou antes de passados dois anos;
- III - A carga horária a ser cumprida pelos integrantes da carreira de Procurador do Estado é de trinta horas semanais, distribuídas em horas-diárias, em período a ser determinado no Regimento Interno da Procuradoria-Geral do Estado.

- a - Apenas as assertivas I e a II estão corretas;
- b - Apenas a assertiva I está correta;
- c - Todas as assertivas estão certas;
- d - Todas as assertivas estão erradas;
- e - Apenas a assertiva II está errada.

41 - Considerando a Lei Complementar Estadual n. 95/2001, marque a alternativa errada: